

ATA DE AUDIÊNCIA**Ata de Audiência Pública para discussão e coleta de informações sobre a prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros no Município de Araraquara, realizada em 13 de junho de 2022.**

Aos treze de junho de dois mil e vinte e dois foi realizada Audiência Pública para discussão e coleta de informações sobre a prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros no Município de Araraquara, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do 9º Promotor de Justiça de Araraquara, com atribuição na área de Patrimônio Público e Social e Direto do Consumidor, referente ao Procedimento Preparatório de Inquérito civil nº 42.0195.0000235/2022-1, no Auditório da Promotoria de Justiça de Araraquara/SP, na Rua das Libaneses, nº 2067, Carmo, Araraquara/SP.

Estiveram presentes à audiência, conforme listas de presença anexas, Dr. Raul de Mello Franco Júnior, Promotor de Justiça aposentado, representante da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo - FESPESP, representante da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, Diretor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, moradores e usuários do transporte coletivo da cidade, representantes do Consórcio Araraquara de Transporte – CAT, vereadores municipais, Diretor da Controladoria do Transporte de Araraquara, Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Finanças de Araraquara, Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano de Araraquara, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular de Araraquara e o Procurador Geral de Araraquara.

Na abertura da audiência pelo 9º Promotor de Justiça Herivelto de Almeida foi feito um agradecimento aos presentes, apresentação das autoridades presentes, bem como uma breve exposição do procedimento preparatório de inquérito civil nº 42.0195.0000235/2022-1 e dos motivos da audiência pública.

O Promotor de Justiça expôs aos presentes que a audiência pública tinha o propósito de tirar dados e informações que permitam o direcionamento das medidas a cargo do Ministério Público quanto a prestação de serviço de transporte coletivo. Foi informado que o procedimento se iniciou a partir de representação quanto a tarifa do transporte coletivo de passageiros e foi ampliado para fazer uma análise geral desse serviço para caminhar na direção de soluções possíveis.

Em seguida foi dada a palavra aos inscritos, de acordo com ordem pré-estabelecida.

Foi franqueada a palavra aos especialistas, começando com o representante da FESPESP, Rodrigo Eduardo Dias Verroni. Durante sua manifestação o senhor Rodrigo se apresentou e fez uma apresentação com apoio visual sobre como a tarifa é calculada e atualizada. Detalhou os cálculos, explicando os custos e chegando a conclusão que, de acordo com o cálculo amplamente utilizado e constante do contrato de concessão no município, o valor da tarifa, que hoje está em R\$ 5,00, seria de R\$ 5,40. Apresentou um cálculo de qual seria a tarifa na cidade aplicando a planilha tarifária, considerando o aumento do combustível e a queda de demanda acentuada pelo a pandemia, a tarifa deveria ser de R\$9,40. Apresentação com detalhes e cálculos em anexo.

O representante da ANTP, Luiz Carlos Mantovani Nespoli, apresentou e falou sobre

a associação e o objetivo de estudar e pesquisar sobre o transporte público. Disse que, nos últimos quarenta e cinco anos, nunca viram uma crise do setor como a atual, que foi aumentada pela pandemia, mas já vinha sofrendo algumas mudanças significativas. Expôs que o sistema de transporte público urbano é competência do município. Especificamente quanto ao serviço prestado de ônibus, praticamente todo o sistema público de transporte são operados por empresas por contrato de concessão. Falou sobre o modelo de tarifa apresentado pelo representante da FASPESP é o modelo utilizado nacionalmente e que está entrando em choque com a queda constante da demanda, o que aumenta o preço para os usuários que continuam utilizando. Informou que a ANTP, após estudos realizados com parceiros, levou ao Senado Federal uma proposta de revisão desse sistema. Levantou a questão que os usuários pagam mais para compensar os usuários com benefício de gratuidade. A demanda atual ainda é de 75 a 80% da anterior à pandemia. Expôs a existência de subsídios criados em mais de 150 municípios para garantir a continuidade do serviço, tendo em vista que o modelo atual não resiste economicamente. Citou proposta, por exemplo, da utilização de recursos do FUNDEB para subsidiar a meia passagem dos estudantes.

Jean Cristtus Portela, Diretor da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus Araraquara, apresentou o campus de Araraquara informando a existência dos demais institutos na cidade e cumprimentou os presentes. Informou que, a partir das queixas feitas pelos membros da comunidade acadêmica, acessibilidade é uma questão muito citada. A dificuldade de acesso aos veículos e falta de preparo por parte dos prestadores desse serviço são pontos a serem discutidos. Outro ponto seria a capilaridade da rede, pois a reclamação é que antes da pandemia uma linha atendia mais de um bairro, e após a pandemia cada bairro tem sua linha dedicada, o que reduziu muito o horário de frequência. Citou também relatos de atrasos, adiantamentos, abreviação de trajetos e aumento da velocidade dos veículos em alguns horários.

Em seguida foram ouvidos representantes da sociedade, em ordem de inscrição.

Maria Helena Yugulis, assistente social aposentada, falou sobre acessibilidade. A reclamação principal foi sobre os veículos de Araraquara terem apenas dois degraus. Esse fato gera dificuldade de acesso aos veículos para pessoas idosas, gestantes e com dificuldades de locomoção em geral. Citou que em outras cidades, como São Paulo, os veículos têm mais degraus, o que facilita o acesso.

Allan Ulisses Tenorio, atendente, contou que utiliza o transporte público para trabalhar, estudar, para se locomover e acessar espaços de convívio social. Reclamou que a linha utilizada por ele tem o último horário às 19h20, o que não seria suficiente, pois muitas vezes sai do trabalho após esse horário e já não tem mais ônibus disponíveis. Disse, ainda, que os ônibus não passam nos horários que deveriam e demoram até duas horas. Reclamou ainda da linha que leva os estudantes do campus da UNESP, que lotam muitas vezes antes da universidade e faz com que os veículos passem sem parar em alguns pontos.

Nelson Brito dos Santos, advogado e ex-diretor técnico da CTA, com auxílio visual, disse que há dois anos expôs a situação do transporte coletivo de Araraquara na tribuna da Câmara Municipal e disse naquela oportunidade que se nada fosse feito o sistema entraria em colapso, que é o que vemos hoje. Apresentou dados que demonstram a queda no número de usuários, de acordo com dados coletados no site da CTA. Reclamou de erros grosseiros nos dados fornecidos pela controladoria. Em 2019 solicitou informações para a CTA e não teve retorno, apesar do dado ter sido corrigido no site. Informou que apresentou a sugestão, em 2019, que o município subsidiasse o serviço para que os que não tem benefícios de gratuidade não tenham que pagar mais por isso. Se nada for feito, segundo o senhor Nelson, as empresas não irão resistir. Em 2021, o subsídio necessário seria de R\$ 1.360.000,00, o que seria baixo para os cofres públicos. Sugeriu, por fim, uma requisição de uma vistoria do Corpo de Bombeiros no terminal de integração. Apresentação em anexo.

Eudes Fernandes Barros Melo, Professor e autor da representação pelo PSOL, citou que o problema no transporte público é nacional. Disse que em 2017 já avisaram que o fim da CTA e a falta de investigação quanto aos 67 milhões de reais devidos pela prefeitura em relação ao fim da CTA causaria esse problema. Apontou que o sistema atual é um fracasso e o modelo utilizado é insustentável. Uma demonstração disso seria a conclusão da primeira fala que diz que a passagem hoje deveria ser R\$ 9,40, que seria um absurdo. Segundo Eudes, com o valor atual já impacta 20% do salário mínimo de um trabalhador que usaria transporte coletivo diariamente para trabalhar, sem contar outros usos. Que os beneficiários de descontos/isenções não deveriam ser considerados um peso, pois os benefícios são direitos. A queda da utilização do serviço teria como motivo o mau serviço prestado.

Renata Pereira Barbosa, agente social de serviços públicos (merendeira), agradeceu o espaço cedido ao diálogo e disse ser moradora de Bueno de Andrada. Utiliza o transporte público e citou muitas dificuldades dos moradores de Bueno de Andrade para acessar os serviços e comércios que estão centrados nas regiões de Araraquara. Antes da pandemia tinha ônibus a cada 1h20, mas após a pandemia a linha de Bueno foi juntada com o bairro Chácara Flora, o que deixou a linha muito extensa e com poucos horários. Aos domingos tem ainda menos horários, o que dificulta o acesso ao lazer e à cidade, e assim são privados de seus direitos. Muitos trabalhadores perdem mais de duas horas no transporte coletivo. Questionou sobre a possibilidade de subsídio da prefeitura, volta da CTA, utilização de micro-ônibus, dentre outras possibilidades de solução.

Dulcelene Maria Silva, inscrita, não quis se manifestar.

Tácito Silva Pereira Gomes, estudante aposentado por invalidez, falou sobre acessibilidade. Disse que tem visto rampa quebrada, o motorista pede para pegar o próximo ônibus, e alguns motoristas fecham a porta e saem rápido, sem esperar, para não ter que ajudar pessoas com necessidades especiais. Outro problema levantado foi a demora de mais de uma hora da linha do Vale do Sol, e pediu aumento de veículos nessa linha e outras que também atrasam. Reclamou, ainda, da retirada da gratuidade de sua genitora que sempre o acompanhou em suas consultas médicas e fisioterapias.

Na sequência foi ouvido o senhor Luiz Gustavo Herszkowicz, representante da Viação Paraty, que utilizou apoio visual durante sua fala. O representante da empresa cumprimentou os participantes e informou que fez anotações das demandas expostas anteriormente e que serão analisadas e tratadas pela empresa. Em sua apresentação, fez uma exposição do Consórcio Araraquara de Transporte, que atualmente tem a concessão do transporte coletivo municipal. Expôs que o consorcio foi formado em 2015, pela Viação Paraty e Empresa Cruz, para participar da concorrência quando a CTA foi privatizada. Destacou que toda a frota da cidade foi substituída por veículos zero quilômetros, com câmeras e acessibilidade. Informou que foi implantado um sistema novo de bilhetagem, GPS em todos os veículos e desenvolvimento de um centro operacional com posterior implantação de aplicativo para monitoramento da frota. Falou um pouco sobre as tarifas, diferenciando a tarifa pública e tarifa de remuneração e como a tarifa é formada. Apresentou um quadro de tarifas pagas em outros municípios do Estado, com o intuito de mostrar que municípios do porte de Araraquara pagam tarifas semelhantes. Apresentou gráfico para mostrar como chegamos à situação atual. Demonstrou que o Edital de Concorrência previu um número de passageiros mensal de pouco mais de 893 mil usuários do transporte coletivo de passageiros. Esse número, logo no início da operação em 2016, já era de 678 mil passageiros. Esse número veio caindo ano a ano e, com a pandemia, chegou a 287 mil passageiros por mês. Em 2022 o número subiu, mas não foi registrada a recuperação total dos passageiros, tendo como média mensal até então de 333 mil passageiros. Mostrou matérias jornalísticas que demonstram aumentos sucessivos do valor do diesel nos últimos meses e que, apesar de impactar muito nos custos, a tarifa não foi alterada nesse período. Mostrou também gráfico de gratuidades, benefícios e integrações para demonstrar que o número de passageiros

foram caindo e o número de benefícios subindo proporcionalmente. Demonstrou, ainda, que a frota aumentou para 85% do número pré pandemia, e o número de passageiros não chegou a 60% do que era antes da pandemia. Disse que o terminal de integração dificulta o controle do destino dos passageiros, o que impede o planejamento adequado da oferta, além de existirem casos de entrada sem o pagamento. Apresentou uma lista de cidades do Estado de São Paulo que entraram em colapso com a paralisação ou suspensão do serviço, devido a pandemia. Falou sobre o transporte por aplicativo e questionou o que a cidade quer de um sistema de transporte, um debate pela sociedade, e questionou o incentivo para essa modalidade de transporte, inclusive divulgação do município de novo aplicativo, demonstrando, com matérias jornalísticas, o grande número de motoristas de aplicativo e o impacto que isso gera no transporte coletivo. Falou sobre cidades com subsídios, apresentando uma tabela com os dados de cidades do Estado de São Paulos e, após, exemplos de cidades de outros países. Lembrou que Araraquara já passou por colapso do transporte coletivo com o ocorrido com a CTA pelo desequilíbrio que enfrentou por anos e acredita que a prefeitura passou anos colocando recursos para saldar dívidas deixadas pela CTA.

Em seguida o Promotor deu a palavra ao poder público e solicitou que, além do já abordado na audiência, falassem sobre questões relacionadas ao uso dos recursos públicos, além de temas sobre a identificação, informação das linhas e proteção aos usuários. O senhor Nilson Roberto de Barros Carneiro, Diretor da Controladoria de Transporte de Araraquara, que utilizou apoio visual durante sua fala, apresentou e deu uma breve explicação sobre a Controladoria de Transporte de Araraquara, criada em 2016 quando foi privatizado o sistema de transporte coletivo na cidade, e hoje faz a gestão do transporte coletivo. Segundo o senhor Nilson, a gestão anterior entregou a CTA com superávit e ônibus novos com outras fontes de renda, como o terminal de integração, que depois a situação foi se deteriorando e culminou na privatização do sistema de transporte coletivo. Mostrou, novamente, a fórmula de reajuste e os valores das tarifas e diferenças entre tarifa pública e a tarifa de remuneração. Falou sobre impacto do aumento do combustível no reajuste da tarifa. Informou que após o reajuste em janeiro/22, a empresa fez um pedido, em fevereiro/22, de novo reajuste devido ao aumento do diesel, o que está sendo postergado para não perder os usuários do serviço. Falou sobre a criação do Conselho de Usuários do Transporte Coletivo e que são feitas reuniões em todos os bairros da cidade para ter a participação popular e levantar as dificuldades da população. Mostrou matérias jornalísticas que demonstram adequações feitas a partir de reclamações dos usuários, como a criação de horários e linhas novas. Falou sobre a reforma do Terminal Central de Integração, com a reestruturação de toda a comunicação visual, criação de sala para os motoristas e cobradores e ampliação do monitoramento de câmeras de segurança. Mostrou imagens de aplicação de cobertura nos pontos de ônibus, sinalização viária e calçamento em situações em que a calçada ainda era de terra. Mostrou gráfico sobre a queda de passageiros, já falado pelos participantes anteriores. Falou, ainda, sobre a criação e utilização de um aplicativo para os passageiros, que informa, através do GPS dos veículos, a posição dos ônibus e o tempo para chegada. Disse que existe uma luta pelo subsídio do transporte coletivo pelo Governo Federal com projeto aprovado e não sancionado pelo presidente. Novo projeto de lei em tramitação prevê o envio de verbas para pagar a gratuidade dos idosos. Informou que aos domingos, com a utilização do cartão, é cobrado metade da tarifa a todos. Para finalizar, comentou os casos de dificuldades e paralisação do serviço em cidades próximas, como São Carlos e Ribeirão Preto, e que conseguiram manter o sistema em Araraquara com pequenos ajustes de quilometragem e ajuda da empresa.

Por fim, falou a senhora Juliana Agatte, Secretária Municipal de Governo, Planejamento e Finanças de Araraquara, sobre a importância da exposição das várias vertentes sobre o assunto para compor uma solução, e que não será somente a prefeitura que irá trazer a solução para o transporte público municipal. Segundo a mesma, é preciso pensar o sistema municipal de transporte público que envolvem também outras modalidades, como o transporte individual de passageiros por aplicativos, que é uma realidade. A prefeitura

tem um diálogo permanente com a empresa sobre a questão da tarifa e ao mesmo tempo expõe a situação do município. Falou sobre a possibilidade de subsídio com recursos federais para suprir a diferença das tarifas considerando o direito à gratuidade do transporte. Expôs que sobre os municípios recaem o ônus da garantia de todos os direitos sociais, praticamente, por meio da prestação de serviços públicos. Hoje, os gastos constitucionais do município com saúde estariam comprometendo 45% do orçamento, quando a previsão do teto constitucional é de 15%. Os gastos com educação estão em 30%, quando a previsão do teto constitucional é de 25%. O gasto com a folha de pagamento bruta é de 35 milhões de reais, o que significa pouco mais de 400 milhões de reais por ano em um orçamento de previsão de 1 bilhão e 200 milhões de reais. Mencionou, ainda, a dívida que estaria a assumir com a liquidação da CTA, que deve sair no próximo mês e que será, entre tributária e trabalhista, da ordem de 35 milhões de reais. Toda essa explanação foi para mostrar a situação real e financeira do município, para ter uma equação sobre até onde consegue chegar e falou, novamente, sobre a importância do subsídio federal para o transporte público. Disse que lutar por isso é uma discussão que precisa estar presente em espaços como o dessa audiência pública. Disse que o transporte individual por aplicativo é uma realidade, sendo preciso conviver com ela, pois é uma escolha e um direito do cidadão. Entretanto, anotou a pouca regulamentação desse serviço e que é preciso avançar nisso, e isso está pautado com o órgão que cuida do transporte. O município entende a necessidade de cobertura nos pontos de ônibus, mas ao mesmo tempo vive diariamente com a dificuldade de prover o básico. Espera que essa discussão gere outros desdobramentos que se pautem pelo diálogo, para que possam mostrar os números dos repasses da concessão e da gestão do terminal de integração também. Espera chegar em um ponto comum em que seja possível as partes administrarem o transporte coletivo no município com sustentabilidade, favorecendo a mobilidade urbana e o direito do cidadão de ir e vir.

Ao final da audiência, o promotor Herivelto de Almeida informou que as informações trazidas pelos participantes serão utilizadas na sequência do procedimento para eventual composição de um termo de ajustamento de conduta, recomendações ou, em último caso, o ajuizamento de ação civil pública. Esclareceu que a ata da audiência será juntada no procedimento preparatório de inquérito civil. Agradeceu a todos que participaram da audiência.

O relato é verdadeiro, subscrevo e dou fé.

Marcelo Augusto Marin, Oficial de Promotoria I. Araraquara, 13 de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Herivelto de Almeida, Promotor de Justiça**, em 20/06/2022, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Marin, Oficial de Promotoria**, em 20/06/2022, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **6632145** e o código CRC **EA83D210**.